

## O CONFRONTO DE DUAS TENDÊNCIAS DENTRO DA HIERARQUIA MILITAR E A ÚLTIMA RESERVA DE CAÇA DA REPRESSÃO: O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB.

*Jacy Guilherme Vieira*

Esse artigo que apresento no primeiro número da revista *Textos e Debates*, do departamento de Ciências Sociais da UFRR, faz parte de um capítulo de minha dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina cujo objetivo foi demonstrar que o Exército Brasileiro durante o período da ditadura militar teve vários "raxas" ficando este bem evidenciados durante o Governo Geisel (1974 a 1979), principalmente devido ao projeto de "distensão", que tinha como meta levar o país à democracia lenta, gradual e segura.

A "distensão" para o grupo que a idealizou no qual se incluía também o general Goubery Couto e Silva, célebre intelectual ou bruxo, objetivava proporcionar a abertura política do país, no sentido de liberalizar aos poucos o regime ditatorial que estava em vigor desde 1964. Em outras palavras a "distensão" do Presidente Ernesto Geisel comprometia-se a descentralizar o processo decisório da administração, da máquina do Estado em todos os sentidos.

Thomas Skidmore(1978:219) apresenta alguns indícios da teoria política da "distensão" e as metas que o novo governo e seus colaboradores gostariam que fossem alcançados. Em primeiro lugar, para Skidmore, o projeto tinha como objetivo manter a coesão do Exército e obter o apoio da maioria para neutralizar o poder da linha dura, restabelecendo dessa forma, um caráter mais profissional das Forças Armadas. A segunda meta seria a de ficar atenta a qualquer movimento de subversão, porém, o mais importante objetivo desse projeto seria o retorno do país à democracia.

Maria Moreira Alves(1978:185) é mais crítica a respeito dessa teoria. Para ela, o Estado, através dessa política, estaria tentando legitimar o próprio estado de exceção, dando por sua vez, a continuidade do regime militar com algumas concessões feitas à oposição de elite, como ela chama a Imprensa, a Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil (AIB, CNBB, OAB).

"...A teoria da distensão e as políticas derivadas dessa análise constituem uma verdadeira busca de legitimação do Estado. Tentava-se negociar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente, garantia-se o controle da sociedade civil pela ampliação seletiva do poder coercitivo".

Essa análise de Maria Moreira Alves é importante, porque a segunda meta do governo Ernesto Geisel era controlar qualquer movimento considerado "subversivo", mesmo sabendo-se que, nenhum movimento de guerrilha armada tenha sobrevivido nos Governos Costa e Silva e Médici. Por outro lado, também sabe-se que as leis do Estado de Exceção não foram suprimidas, como o Ato Institucional número 5, ou o Decreto Lei nº 477, e que por sua vez, poderiam ser usados pelo Governo de Geisel a qualquer momento, sem provocar nenhum "alarde" maior, ou qualquer constringimento, já que era uma reserva de poder legalmente constituído nas mãos do executivo.

É importante que nos detenhamos no projeto político da "distensão", sendo que o mesmo não significava a democratização do país, pois a democracia requer além de outras coisas, a participação do povo nas disputas eleitorais, em todos os níveis. A "distensão" possibilitaria somente algumas mudanças de orientação política e social, como o abrandamento da censura nos meios de comunicação, um espaço para a classe trabalhadora melhor se organizar, enfim, uma certa tolerância com relação a sobrevivência da oposição política. Entretanto essa liberdade poderia também ser cortada a qualquer momento.

Estando mais claro o que significou esse projeto do novo governo, sabe-se que o mesmo sofreu uma oposição extremamente forte por alguns elementos das Forças Armadas, a que convencionou-se chamar de "linha-dura". Esse mesmos elementos do Exército tinham adquirido através dos tempos, nos governos de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici certa autonomia, principalmente quando foram criadas as Comunidades de Segurança. Dessa forma esclarece Alfred Stepan(1985:39).

"Desde o começo da abertura no final de 1973 até o final do Governo Militar em 1985, os oficiais associados com a Comunidade de Segurança - Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar ou S.N.I. - previsivelmente eram alguns dos mais ferrenhos partidários do argumento que os conflitos

informações e confissões, ou simplesmente humilhar prisioneiros políticos. Constituindo-se na primeira organização de repressão violenta, a OBAN operava sob a ajuda financeira de empresários brasileiros e internacionais. Combinando força da Polícia com oficiais de segurança das Forças Armadas e recebendo apoio financeiro de conhecidos empresários, a OBAN se transformou no inferno para os presos políticos."

Na verdade, o aparelho de segurança do Estado já era grande, mais os organismos existentes ou funcionavam isoladamente, com arquivos próprios e disputas entre si ou mantinham, como o DOPS e as policiais militares dos Estados, uma estrutura burocrática com recursos insuficientes e elementos mal preparados. Com o objetivo de aglutinar as forças do Estado de exceção surgiu a "OBAN". Em janeiro de 1970 foi dada por encerrado a "Operação Bandeirante". Suas funções passaram a ser exercidas pelo DOI-CODI. (Destacamento de Operações Interna e Central de Operações Defesa Interna). O CODI foi oficialmente subordinado ao comando do Exército que passou a coordenar a atuação dos três centros de informação das Forças Armadas (CENIMAR, Centro de Informações da Marinha, CIEX, Centro de Informações do Exército, e CISA, Centro de Informações da Aeronáutica). Esse novo aparelho começou a ter vínculo com todos os demais organismos policiais e militares. Seu braço executivo foi o DOI.

Toda essa máquina a partir da aparente informal "Operação Bandeirantes", tornou-se extraordinariamente poderosa com o passar dos anos e foi responsável por um grande divisor de águas dentro do Exército. Recorremos novamente a Alfred Stepan(1985) para melhor clarear essa questão:

"Através de uma série de mecanismos informais em São Paulo, no começo de 1968 emergiu uma força unificada anti-guerrilheira que recebeu fundos privados e públicos chamado "Operação Bandeirantes". No começo dos anos de 1970, o sistema OBAN foi institucionalizado. Em cada região militar havia uma repartição com amplas atribuições de integrar as operações de inteligência chamado de Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que sem levar em conta a antiguidade específica dos comandantes do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica na região, foi situado sob a jurisdição do comando regional do Exército. Essa fórmula em essência dava ao Exército autoridade

sociais colocavam ameaças para a segurança interna e para o desenvolvimento nacional, portanto precisavam ser reprimidos. Eles tinham poder substancial e nenhuma participação institucional para mudar as regras do jogo em direção a abertura política."

Importante notarmos que autor citado acima coloca uma questão importante que merece atenção de nossa parte; havia um poder substância e devido aos homens da linha-dura estarem naquele momento dentro dos aparelhos de repressão do Estado, trabalhando com certa autonomia, principalmente devido à criação dos DOIS-CODIS no Governo de Costa e Silva, e sem nenhuma participação institucional devido às decisões sobre a "abertura" do País, serem tomadas pela alta cúpula que naquele momento estava representada pela figura do Presidente da República, o General Ernesto Geisel, no chefe do Serviço Nacional de Informações, João Batista de Oliveira Figueiredo e também na figura do General Golbery do Couto e Silva, o intelectual da política de "descompressão" do País. Esses dois grupos vão representar nesse momento, forças adversas dentro das forças militares, não fazendo a homogeneidade dentro da corporação militar. Em outras palavras, pode-se dizer que não existiu, naquele momento, um controle dos altos escalões sobre os escalões intermediários, seja da Marinha, Aeronáutica e principalmente do Exército. Diga-se que o general Golbery do Couto e Silva era vista com enorme hostilidade pelos setores mais truculentos do Exército e até acusado de "besta" por ler muito.

Dessa maneira, existiam duas forças antagônicas dentro das Forças Armadas, os chamadas "castelistas" e também conhecidas como grupo da "SORBONE" e o grupo da "linha-dura", que, pode-se repetir, conquistaram um poder sem precedentes dentro da comunidade de segurança nacional advindo dos tempos, da criação do Serviço Nacional de Informações, ou S.N.I. Essa força cresceu muito a partir de 1969 com a criação institucionalizada da repressão, através de um organismo denominado de "Operação Bandeirantes", mais conhecido como OBAN. A partir da década de 70, esse organismo foi institucionalizado em várias regiões do país.

A OBAN (Operação Bandeirantes) surgiu primeiro como uma estrutura informal. O Brasil vivia um clima de "guerra revolucionária". Nilson Borges(1989) clarifica melhor o que foi a OBAN:

"A OBAN nasceu na esteira da luta armada que se desenvolvia no País, onde a prática da tortura era a forma de arrancar

sobre a Marinha e a Aeronáutica, no que diz respeito a assuntos de segurança interna.

Essa estrutura de poder passou a fazer parte do que poderia ser chamado de um poder paralelo, sem igual na história das Forças Armadas. Tornou-se o maior responsável na metade da década de 70, por diversos tipos de operações militares, procurando "inimigos do Estado". Dentre dessas ocorrências no Brasil, vamos encontrar a que ocorreu no Estado de Santa Catarina, em novembro de 1975 denominada "Operação Barriga Verde."

Toda a documentação analisada leva a crer que essas operações foram realizadas para justificar o "perigo" que os comunistas representavam para a sociedade. Logicamente o objetivo concreto de tais operações era o de impedir concretamente que o projeto de "distensão", do Presidente Ernesto Geisel não fosse concretizado. Para a Comunidade de Segurança, que neste período estava principalmente nas mãos do "linhas-duras", havia muitos conflitos sociais que precisavam ser reprimidos e, para provar as suas teses, começaram a reprimir militantes do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para ficar claro essa afirmação, recorreremos a uma entrevista prestada por um militante do PCB à revista Senhor de maio de 1987:

"Para Hércules Corrêa, militante engajado do Partido na década de 60 e 70, quem agiu contra o PCB foi um aparato da repressão que se articulou fora do aparelho do Estado. Um exemplo citado por ele foi o Sítio do delegado Fleury. Trilhando esta mesma linha de reflexão que explica também a moderação do PCB nesta fase de liberalização política - Hércules Corrêa e todos os demais dirigentes do PCB concluíram que a violência contra o PCB foi um desafio dos grupos radicais de direita à política de "distensão" iniciada no governo Geisel."

Assim, de 1973 a 1975 o PCB sofreu o seu mais sério golpe, principalmente por ter sido um alvo bastante fácil, pois tinha se descuidado da ditadura e da Segurança clandestina. Duas questões colaboraram e serviram de "bode-expiatório" para um ataque frontal da "linha-dura" sobre o PCB. Em primeiro lugar, saiu vencedor das eleições de 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 16 Estados nas eleições majoritárias, conseguindo fazer também 16 Senadores dos 24, e 160 dos 364 Deputados Federais. Em segundo lugar foram encontrados, em fevereiro de 1975, duas gráficas clandestinas do PCB, uma em São Paulo e outra no Estado do Rio de Janeiro, onde era

impresso o jornal oficial do Partido, A voz Operária. A partir desses dois acontecimentos formou-se um excelente motivo para que os delatores, militares, torturadores e grupos terroristas desenferrujassem seus músculos, logicamente possuindo o aval político de um dos porta-vozes da linha-dura, o Ministro da Justiça do Presidente Geisel, Armando Falcão.

"A grande caça às bruxas praticadas durante o ano de 1975, indicava claramente que os órgãos de repressão tinham estabelecido como meta uma "Varredura Geral" em todos os agrupamentos de esquerda que eles ainda pudessem encontrar para aniquilar tudo o que tivesse resistido até então. Ameaçados de perder pelo menos parte de seus privilégios políticos e econômicos, a "linha dura" e os torturadores tudo fizeram para escapar do controle pretendido por Geisel e Golbery." (Barros: 1991:77)

Foram nessas operações que parte do Comitê Central do PCB foi capturado, segundo informações do ex-sargento do Exército, Marival Dias Chaves do Couto, que pela primeira vez falou o que sabia à revista Veja em novembro de 1992:

" Foi com a operação Radar iniciada em 1973 que parte do Comitê Central do PCB foi presa. E o caso do Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapévis, e de Luiz Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo em 1974. Levado para Itapevi, Maranhão Filho morreu com a injeção para matar cavalo. João Massena Melo é outro. Também está no rio e morreu com a injeção para matar cavalo. Orlando Bonfin Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Outro que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo depois. Elson ainda recebeu injeção para matar cavalo. O corpo de Itair José Veloso também foi jogado na ponte (...) Jaime Amorim de Miranda, também foi preso na Operação Radar foi morto. O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima "(Expedito, 1992).

Importante aqui ressaltar que a "abertura" apregoada por Geisel é totalmente diferente da palavra democratização e essa diferença não é a entendida pela "linha-dura", pois lhe interessava muito mais o poder e a manutenção dos privilégios, conseguidos em governos anteriores. E dessa forma começaram a surgir uma série de operações no sul do Brasil.

Em 1975, a 5ª Região Militar do Exército, com sede em Curitiba, foi responsável por uma série de prisões numa "Operação denominada MARUMBI", com grande sucesso no Paraná. Uma outra realizada no Rio Grande do Sul, no mesmo período, teria tido o mesmo sucesso da anterior, se não fosse a intervenção do governador Sinval Guazelle. Em Santa Catarina ela instalou-se com o nome de Operação Barriga Verde, que colocou na prisão 38 militantes do PCB. O objetivo dessa como de outros era o de procurar "subversivos" ou inimigos do Estado militarizado.

O que podemos concluir neste artigo é que as várias operações militares que surgiram principalmente na região Sul e no Centro-Oeste a partir de 1974, fizeram parte das contradições e das fissuras do bloco que detinha o poder no seio do Estado Brasileiro a partir de 1964, que por sua vez nunca formou um bloco de poder monolítico, isto ficou bem evidenciado a partir do governo do general Ernesto Geisel, que teve que demitir o seu ministro do Exército Silvío Frota. Pela primeira vez o ministro das Forças Armadas era demitido de seu posto, depois do golpe de Estado de 1964.

## **Bibliografia**

ALVES, Maria Helena Moreira.

1987. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes.

BARROS, Edgard Luiz.

1991. **Os Governos Militares**. São Paulo: Contexto.

BORGES FILHO, Nilson.

1995. **O Estado e a Militarização - As Políticas Militares como Aparelhos Repressivos de Estado**. Florianópolis: Tese de Doutorado, UFSC.

DIAS, Maurício.

1987. **Massacre Sob Encomenda**. In: Revista Senhor 19/05.

DOSSIÉ DA REPRESSÃO. **Revista Isto É**, ano 2, nº 92, 27 de setembro de 1978, p.32.

EXPEDITO FILHO.

1992 A Autopsia da Sombra. In: **Revista Veja**. São Paulo: Abril Cultural. ano 25, nº 47, 18 de novembro

SKIDMORE, Thomas.

1982. **De Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

STEPAN, Alfred.

1987. **Os Militares: da Abertura a Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

## Bibliografia

- ALVES, Maria Helena. *Forças Armadas e Oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Vozes, 1987.
- BARROS, Edgard Luis. *Os Governos Militares*. São Paulo: Contraste, 1981.
- BORGES FILHO, Nilson. *O Estado e a Militarização - As Forças Armadas como Aparatos Repressivos de Estado*. Florianópolis: FASE, in: *Documentos UFSC*, 1982.
- DIAS, Manoel. *Massacre Sob Encoberto*. In: *Revista Veja*, 1987.
- DOSSIÊ: A REPRESSÃO. *Revista Veja* ano 25, nº 47, 18 de novembro de 1982, p. 32.